



## **DIREITO À SEGURANÇA ALIMENTAR E PRÁTICAS TRADICIONAIS: estudo na comunidade indígena Xokó (Porto da Folha/SE)<sup>1</sup>**

Fran Espinoza<sup>2</sup>  
Thyerrí José Cruz Silva<sup>3</sup>  
Ana Luiza Dantas Souza<sup>4</sup>

### **Resumo**

O objetivo principal do presente estudo é analisar os desafios enfrentados pelos Xokó de Porto da Folha/SE na preservação de suas tradições alimentares e identificar estratégias para fortalecer a soberania alimentar, promovendo uma dieta saudável e culturalmente adequada. A pesquisa baseia-se na realização de entrevistas com líderes comunitários e na análise das práticas alimentares observadas no contexto da comunidade. O estudo se desenvolve a partir da iniciativa da Universidade Tiradentes (Brasil) e da Universidade de Valladolid (Espanha), por meio do programa institucional Laboratório Social, e está cadastrado na Plataforma Brasil sob o CAAE nº 69592623.2.0000.5371. Parte-se da hipótese de que, à medida que os elementos tradicionais e culturais são resgatados, as práticas alimentares da comunidade tendem a se tornar mais saudáveis. Por fim, o estudo reflete que a recuperação das práticas tradicionais, como o cultivo local, emerge como um aspecto crucial para o resgate da identidade cultural e a asseguuração da saúde e bem-estar da comunidade, de maneira que a soberania alimentar pode representar um caminho para alcançar a segurança alimentar plena.

**Palavras-chave:** Direito fundamental à alimentação; povo Xokó; soberania alimentar; práticas tradicionais.

### **RIGHT TO FOOD SECURITY AND TRADITIONAL PRACTICES: an analysis in the Xokó indigenous community (Porto da Folha/SE)**

### **Abstract**

This research's main objective is to analyze the challenges faced by the Xokó of Porto da Folha, Sergipe, in preserving their traditional food practices and to identify strategies to strengthen food sovereignty by promoting a healthy and culturally appropriate diet. The research is based on interviews conducted with community leaders and on the analysis of alimentary practices observed within the community context. The study is being developed through an initiative of Universidade Tiradentes and Universidad de Valladolid, through the institutional program Social Laboratory, and is registered on the Plataforma Brasil under CAAE No. 69592623.2.0000.5371. The study is grounded on the hypothesis that, as traditional and cultural elements are reclaimed, the community's food practices tend to become healthier. Finally, the study reflects that the recovery of traditional practices, such as local cultivation, emerges as a crucial aspect for reclaiming cultural identity and ensuring the health and well-being of the community, so that food sovereignty may represent a pathway toward achieving full food security.

**Keywords:** Fundamental right to food; Xokó people; food sovereignty; traditional practices.

Artigo recebido em: 22/12/2025 Aprovado em: 21/05/2026

DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v30n1e27403>

<sup>1</sup> A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da instituição promotora, junto à Plataforma Brasil, sob o CAAE nº 69592623.2.0000.5371.

<sup>2</sup> PhD em Estudos Internacionais e Interculturais (Universidad de Deusto, Espanha). Pós-Doutorado em Políticas Públicas (UFPR). Mestre em Estudos Internacionais de Paz, Conflito e Desenvolvimento (Universidad Jaume I, Espanha). Graduado em Ciência Política (Universidad Rafael Landívar, Guatemala). Professor do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e líder do grupo de pesquisa políticas públicas de proteção aos direitos humanos, CNPq, Universidade Tiradentes – UNIT. E-mail: [espinoza.fran@gmail.com](mailto:espinoza.fran@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutorando e Mestre em Direitos Humanos (UNIT/SE) com bolsa CAPES. Especialista em Direito Constitucional e Processo Constitucional, Direito Penal e Processo Penal e Direito Eleitoral (Faculdade Legale/SP). Graduado em Direito (UNIT/SE). E-mail: [thyerricruzdireito@gmail.com](mailto:thyerricruzdireito@gmail.com)

<sup>4</sup> Graduada em Direito pela Universidade Tiradentes (UNIT/SE), com experiência internacional pela Universidade de Valladolid, na Espanha. Integrante do Grupo de Pesquisa (CNPq) Políticas Públicas de Proteção aos Direitos Humanos .E-mail: [analuizadantassouza@gmail.com](mailto:analuizadantassouza@gmail.com)

## 1 INTRODUÇÃO

Na região da Ilha de São Pedro e Caiçara, no município de Porto da Folha, Sergipe, a comunidade indígena Xokó vivencia um paradoxo silencioso: a insegurança alimentar, não pela falta, mas pela preponderância de produtos industrializados. Longe das grandes cidades, seus hábitos alimentares ancestrais, baseados no cultivo próprio de milho, feijão e mandioca, cedem espaço a prateleiras de supermercado, trazendo consigo doenças crônicas e um gradual apagamento de sua rica herança cultural.

A escolha da comunidade Xokó como objeto de estudo justifica-se pela relevância de suas práticas tradicionais diante do contexto de (in)segurança alimentar. Observa-se que a crescente dependência de alimentos industrializados compromete a subsistência dos moradores, evidenciando uma relação de subordinação a sistemas externos de transporte para o abastecimento alimentar.

O surgimento da insegurança alimentar, por sua vez, decorre da predominância de produtos industrializados, e não da ausência de alimentos. Essa realidade tem impactado negativamente a dieta dos membros da comunidade, refletindo diretamente em sua qualidade de vida, especialmente com o aumento de doenças associadas à carência de nutrientes essenciais encontrados em alimentos tradicionais.

Os objetivos do trabalho buscam analisar a percepção de membros da comunidade Xokó, em Sergipe, sobre a importância das práticas tradicionais para a garantia de uma alimentação culturalmente adequada e explorar as transformações nas práticas alimentares tradicionais da comunidade Xokó ao longo do tempo, identificando os desafios enfrentados e as estratégias adotadas para o resgate dessas práticas. Estabelece-se, portanto, a seguinte hipótese da pesquisa: “à medida que os elementos tradicionais e culturais são resgatados, as práticas alimentares da comunidade tendem a se tornar mais saudáveis”.

O estudo se desenvolve em três seções, de modo que a primeira fornece uma visão geral da comunidade Xokó, incluindo desafios específicos que a comunidade enfrenta em termos de segurança alimentar e nutricional interligada, como baixa produtividade agrícola, dependência de alimentos industrializados e deterioração das condições ambientais, limitando as oportunidades que comprometem a própria subsistência dos moradores, refletindo a subordinação a um sistema de transporte externo para suprir a demanda alimentar.

Em seguida, a segunda parte se destina a explorar as práticas alimentares tradicionais da comunidade Xokó, associadas ao direito constitucional à alimentação em um contexto de soberania alimentar, abordando os princípios jurídicos e normativos que embasam o direito à alimentação como um direito fundamental, garantido pela própria Constituição Federal de 1988. Posteriormente, analisa a

soberania alimentar, enfatizando o direito das comunidades de definir suas próprias políticas agrícolas e alimentares, respeitando suas práticas culturais e necessidades locais para que esse direito fundamental de segunda geração seja garantido para essas populações de uma maneira mais autossustentável e livre dos produtos industrializados.

Ademais, destaca a importância da comunidade preservar e reviver práticas alimentares tradicionais, fortalecendo a conexão cultural e promovendo a autossustentabilidade alimentar. Por conseguinte, reflete-se sobre estratégias para a superação da insegurança alimentar, através de métodos que fortaleçam a soberania alimentar, para as gerações presentes e futuras, assegurando, assim, o pleno exercício do direito à alimentação adequada através das hortas comunitárias.

Nesse espeque, durante o trabalho de campo, são realizadas entrevistas semiestruturadas na comunidade indígena Xokó, em março de 2024, com o intuito de estabelecer contato com os moradores e compreender melhor a realidade local através de entrevistas semiestruturadas com líderes indígenas e integrantes da comunidade, a saber: Jair Acácio dos Santos (51 anos), pajé da comunidade; Ianara Polônio Rosa (36 anos), professora de história e antropóloga; e Dona Dadinha (81 anos), reconhecida detentora de saberes tradicionais.

Para a ocasião, elaboram-se seis perguntas que abordam aspectos como a relação entre a dieta da comunidade e a saúde, a influência de alimentos industrializados, a preservação de práticas tradicionais e os impactos da dependência de sistemas externos de transporte de alimentos. Os diálogos realizados permitiram identificar percepções sobre a segurança alimentar e apontar mudanças relatadas ao longo do tempo sob o ponto de vista dos próprios nativos.

A presente pesquisa é desenvolvida através da iniciativa da Universidade Tiradentes, Brasil, e da Universidade de Valladolid, Espanha. Tal parceria é fruto do programa de mobilidade acadêmica denominado Laboratório Social, destinado a propor soluções, através de estudantes da ciência jurídica, para problemas sociais relacionados com a redução da insegurança alimentar no estado de Sergipe, Brasil, submetido, inclusive, à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Tiradentes mediante a Plataforma Brasil (69592623.2.0000.5371).

## **2 A COMUNIDADE XOKÓ E SEU CONTEXTO ALIMENTAR**

A comunidade indígena Xokó, localizada na região da Ilha de São Pedro e Caiçara, no município de Porto da Folha, Estado de Sergipe, Nordeste do Brasil, enfrenta desafios significativos em relação à segurança alimentar, sendo resultado de uma série de fatores que se entrelaçam, incluindo questões socioeconômicas, ambientais e culturais, que afetam diretamente as práticas alimentares tradicionais e o bem-estar da comunidade.

Historicamente, os Xokó desenvolveram uma relação profunda e sustentável com o seu território (Souza; Espinoza, 2023), baseada no uso de recursos naturais locais e na preservação de práticas alimentares tradicionais. No entanto, nas últimas décadas, essa dinâmica tem sido alterada devido a vários fatores, como a pressão pela modernização, a introdução de alimentos industrializados e as mudanças climáticas, que têm afetado a disponibilidade de recursos naturais essenciais para a sua subsistência.

Essas mudanças têm contribuído para o surgimento de problemas de saúde na comunidade, como o aumento de casos de diabetes e hipertensão, que são frequentemente associados a dietas ricas em produtos processados e pobres em nutrientes. Tais condições revelam um paradoxo em que uma comunidade, que historicamente sustentou uma dieta saudável baseada em alimentos naturais, enfrenta agora desafios relacionados à transição alimentar e à perda de suas práticas tradicionais. Para compreender plenamente os desafios enfrentados pelos Xokó, é necessário voltar ao passado e entender o contexto histórico que moldou o seu presente, sendo

[...] marcada pela colonização europeia e suas consequências, pois, a chegada dos colonizadores levou à desapropriação de terras indígenas, à escravização e à exploração dos povos nativos, resultando na perda de autonomia e na degradação de seus modos de vida tradicionais, sendo constatado através de pesquisas que a população foi escravizada pela família Brito, em territórios nos quais se diziam proprietários, levando a comunidade Xokó a enfrentar um quadro de fome extrema, em detrimento da restrição à pesca e à extração de barro, matéria-prima essencial para criação de cerâmica (Cruz *et al.*, 2023, p. 133).

As políticas de colonização, e posteriormente, de integração forçada à sociedade dominante, impactaram profundamente a organização social, econômica e cultural dos Xokó, pois, ao longo dos séculos, a pressão sobre as terras indígenas aumentaram com o avanço da agricultura comercial, da pecuária e do desenvolvimento urbano.

Nesse íterim, a fragmentação e a redução das terras disponíveis aos Xokó afetam diretamente suas práticas agrícolas tradicionais, tornando-as menos viáveis. Isso ocorre porque a vitalidade de um povo está intrinsecamente relacionada ao seu território e, conseqüentemente, à sua alimentação. Nesse sentido, a mudança de espaço de origem implica também alterações no perfil alimentar. Moura, Batista e Moreira (2010, p. 459-465) destacam que o contato do indígena com a população urbana favorece a introdução, em sua dieta, dos chamados “alimentos de branco”, isto é, produtos industrializados

Ressalte-se que o direito à alimentação é inseparável dos direitos humanos fundamentais, e a insegurança alimentar entre as comunidades indígenas é uma violação desses direitos, refletindo desigualdades estruturais profundamente enraizadas que exigem uma atenção e reparo. Em um contexto mais amplo, a insegurança alimentar na comunidade indígena Xokó é um fenômeno que

reflete desigualdades estruturais e históricas e que se manifesta pela falta de acesso a alimentos nutritivos, culturalmente apropriados e em qualidade suficiente para suprir as necessidades básicas de saúde e bem-estar dos membros da comunidade, questão essa tão complexa que requer que seja levado em consideração não apenas as necessidades materiais, mas também as dimensões sociais, ambientais e espirituais da alimentação.

Em síntese, a insegurança alimentar é resultado de uma série de fatores interligados, incluindo a baixa produtividade agrícola e a dependência cada vez maior de alimentos industrializados. Esses desafios são exacerbados pela deterioração das condições ambientais, limitando ainda mais as oportunidades de subsistência tradicional baseada na agricultura.

Não é coincidência que o resgate das tradições alimentares esteja emergindo como uma causa defendida por lideranças indígenas inseridas no movimento de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Essas lideranças reconhecem que essa busca não é apenas cultural, mas também política, uma ferramenta para reivindicar direitos e autonomia. Assim, as mudanças nos padrões alimentares não apenas refletem as condições de sustentabilidade e preservação dos estilos de vida dos povos indígenas, mas também são influenciadas por diversos fatores.

No contexto específico dos Xokó, suas práticas alimentares são moldadas por uma série de fatores, desde a qualidade do solo em suas terras até as condições climáticas locais e as doações recebidas da população vizinha, caracterizando o critério socioeconômico com um fator de peso nas escolhas dos alimentos do povo Xokó.

Em entrevista ao pajé Jair, 51 anos, este afirmou que a população desistiu do próprio plantio de alimentos, tendo em vista ausência da cheia da lagoa, pois, depois da barragem as lagoas não encheram mais, afetando quem vivia da pesca na lagoa e com a criação de peixe, passando a comprar tudo na cidade de Nossa Senhora da Glória, em Sergipe. Também afirma que já tiveram horta, mas não funcionou por falta de acampamento técnico.

Em entrevistas realizadas para outras pesquisas (Cruz *et al.*, 2023; Gómez Martín, Jaime; García Medina, 2025), foi constatado que a transposição do Rio São Francisco foi realizada numa área rica em fornecimento de alimentos à comunidade indígena, afetando diretamente o acesso à água, pesca, navegação, áreas de vazante para plantio e criação de animais. Ademais, desprende-se desse mesmo projeto, através de entrevista de Elaine Bezerra, 36 anos, Técnica de enfermagem da comunidade Xokó que

[...] o índice de diabéticos e hipertensos aumentou. Tentamos ir à escola, orientar, nas visitas domiciliares, as pessoas da comunidade a comer melhor [...] [sic] quando estamos ilhados ficamos sem ter como sair da aldeia para comprar a alimentação ou ir ao hospital. [...] [sic] Como vamos comprar comida, se quando a ilha enche não tem transporte do estado disponível (Cruz *et al.*, 2023, p. 149).

Essa dificuldade de mobilidade repercute diretamente no acesso alimentar que ocorre por meio do aluguel de um caminhão particular custeado pelos próprios moradores, ao valor de R\$ 700,00 mensais. O veículo, que sai uma vez por mês da comunidade em direção ao município mais próximo, Nossa Senhora da Glória, é essencial para que os moradores consigam adquirir alimentos (Cruz *et al.*, 2023).

Todavia, a necessidade de arcar com esses custos mensais obriga os moradores a destinar uma parte significativa de sua renda para mercados de outras localidades, uma vez que apenas uma pessoa na aldeia possui uma horta, insuficiente para abastecer toda a comunidade.

Ainda nesse viés, ao ser questionada sobre o impacto do retorno às práticas tradicionais na melhoria dos hábitos alimentares, a entrevistada Ianara Polônio respondeu de forma afirmativa, ressaltando o contraste temporal em relação às práticas agrícolas. Ela mencionou que: “há cerca de 20 a 30 anos, o cultivo de alimentos como arroz, feijão e milho era comum e amplamente difundido entre a comunidade” (Entrevista com Ianara Polônio Rosa, Comunidade Xokó, Porto da Folha, 01/09/2024).

No entanto, após esse período de aproximadamente duas décadas, a realidade mudou drasticamente: atualmente, esses alimentos não são mais cultivados pelas famílias locais e, conseqüentemente, precisam ser comprados, marcando um lapso temporal significativo no abandono das práticas agrícolas autossustentáveis (Entrevista com Ianara Polônio Rosa, Comunidade Xokó, Porto da Folha, 01/09/2024).

Essa constatação reforça a tese de que as escolhas alimentares da Comunidade Xokó são influenciadas por uma complexa intersecção de fatores econômicos e culturais, não se limitando apenas à disponibilidade de renda, mas também refletem a identidade cultural desse grupo étnico. Com o avanço da globalização e a presença de supermercados na cidade próxima, novas práticas alimentares têm emergido; a facilidade de acesso aos mercados urbanos transformou os hábitos alimentares, tornando mais prático para os membros da comunidade adquirir alimentos industrializados e muitas vezes ricos em agrotóxicos.

Como consequência, os Xokó vêm se afastando das práticas tradicionais de cultivo e preparação de alimentos, afetando não apenas a saúde física, mas também a identidade cultural e os laços comunitários. Além disso, a dependência crescente de alimentos processados pode aumentar os riscos de doenças relacionadas à dieta, como obesidade, diabetes e doenças cardiovasculares.

A conscientização e a busca pela autossustentabilidade alimentar na comunidade Xokó representam uma jornada de retorno às suas tradições originais, visando não apenas melhorar a saúde dos seus membros, mas também fortalecer sua identidade cultural e promover a sustentabilidade ambiental. Um exemplo inspirador desse movimento é o resgate do cultivo de alimentos nativos, como

a mandioca, o milho e diversas frutas típicas da região, que por muito tempo foram deixadas de lado em favor de produtos processados.

A retomada das práticas agrícolas tradicionais não apenas fortalece a segurança alimentar da comunidade, ao assegurar o acesso a alimentos frescos e nutritivos, como também contribui para a preservação da biodiversidade local e para a conservação dos recursos naturais. Além disso, o resgate das tradições culinárias e o fortalecimento dos laços comunitários reforçam o sentimento de pertencimento, promovendo a valorização de práticas mais saudáveis que integram a identidade cultural do povo. Desse modo, a preservação dessas tradições transcende a dimensão da saúde física, exercendo influência significativa na coesão social e na continuidade cultural da comunidade.

Durante muito tempo, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e posteriormente a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) adotaram a estratégia de atrair as comunidades indígenas com a oferta de produtos industrializados que supostamente trariam impactos positivos na saúde nutricional, o que resultou na adoção de hábitos de consumo de ferramentas, panelas, armas de fogo, tecidos e roupas. Essa jornada de retorno às suas tradições originais representa uma mudança na forma como os Xokó se alimentam, assim como reafirma sua história, cultura e valores ancestrais, não representando apenas um exemplo de resiliência e resistência, mas também um lembrete da importância de proteger e valorizar as tradições ancestrais e os modos de vida sustentáveis.

### **3 DIREITO HUMANO E FUNDAMENTAL À ALIMENTAÇÃO E SOBERANIA ALIMENTAR: fundamentos e desafios**

O direito à alimentação e a soberania alimentar são questões fundamentais no debate sobre direitos humanos, sendo amplamente reconhecidos como direitos essenciais para a vida, estando previstos em várias normas jurídicas internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 garante a todos os cidadãos o direito à alimentação, incluindo-o entre os direitos sociais listados no artigo 6º, sendo considerado um direito de segunda geração, que fornece uma base legal para que os cidadãos possam exigir judicialmente o seu cumprimento em casos de violação ou omissão por parte do Estado, bem como exigir que seja posto em prática um dos fundamentos da República Federativa do Brasil: a dignidade da pessoa humana em seu contexto alimentar.

A alimentação adequada, enquanto direito social fundamental, ainda está longe de ser plenamente realizada, e não se refere apenas à desnutrição, mas também à má qualidade inerente aos produtos embutidos e industrializados, sendo caracterizados em nível mundial como símbolo da

alimentação moderna. Sob essa ótica, é possível identificar duas dimensões fundamentais desse direito: o direito de estar protegido da fome e da desnutrição, e o direito a uma alimentação adequada. Isso implica que, para garantir plenamente o direito à alimentação, é necessário ir além da mera preocupação com a quantidade de calorias e nutrientes ingeridos (Lins; Batista; Espinoza, 2023).

O termo “soberania alimentar”, por outro lado, surgiu na década de 1990, criado pelo movimento internacional La Via Campesina, cuja expressão foi concebida como uma resposta crítica ao modelo agrícola e alimentar dominante, que prioriza o comércio global e as grandes corporações, em prol de uma tese que defende o direito dos povos de definir suas próprias políticas agrícolas e alimentares, valorizando a produção local e sustentável, além de promover o controle comunitário sobre os recursos naturais, contrastando uma ideia que se concentra no acesso ao alimento sem questionar sua origem ou as condições de produção (Leão, 2013). Em 2007, durante o Fórum Mundial de Soberania Alimentar, em Mali, o conceito foi reafirmado:

A soberania alimentar é o direito dos povos de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo, pautado em alimentos saudáveis e culturalmente adequados, produzidos de forma sustentável e ecológica, o que coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, acima das exigências dos mercados e das empresas, além de defender os interesses e incluir as futuras gerações (International Forum For Food Sovereignty, 2007, n.p.).

Nesse sentido, são apontados como pilares da soberania alimentar:

1. Centra-se nos alimentos para as pessoas: considera a necessidade das pessoas se alimentarem no centro das políticas e enxerga a comida como algo além de mercadoria;
2. Valoriza os fornecedores de alimentos: apoia os modos de vida sustentáveis e respeita o trabalho de todos os fornecedores de alimentos;
3. Localiza os sistemas alimentares: busca reduzir a distância entre fornecedores e consumidores de alimentos, rechaçando o *dumping* e a assistência alimentar inadequada e resistindo à dependência de corporações distantes e irresponsáveis;
4. Coloca o controle no nível local: o controle fica nas mãos de fornecedores locais de alimentos, reconhece a necessidade de habitar e compartilhar territórios, além de rejeitar a privatização dos recursos naturais;
5. Promove conhecimentos e habilidades: baseia-se no conhecimento tradicional e usa a pesquisa para apoiar e transmitir esse conhecimento às gerações futuras e rejeita tecnologias que ameaçam os sistemas alimentares locais;
6. É compatível com a natureza: maximiza as contribuições dos ecossistemas, melhora a resiliência e rejeita o uso intensivo de energia da monocultura industrializada e outros métodos destrutivos (International Forum For Food Sovereignty, 2007, n.p.).

Até 2015, a soberania alimentar foi interpretada de maneira divergente da definição proposta pela Via Campesina, sendo confundido com o conceito de segurança alimentar, que se concentra mais no acesso universal a alimentos suficientes, sem necessariamente questionar como e onde os alimentos são produzidos. A segurança alimentar, nesse sentido, enfatizava a quantidade de alimentos disponíveis e acessíveis, geralmente sem problematizar o controle das cadeias produtivas (comerciais e industriais), que podiam envolver grandes corporações e práticas agrícolas não sustentáveis ou exploratórias.

Ainda a esse respeito, quando corretamente empregado, o conceito de soberania alimentar no Brasil era frequentemente limitado às populações mais vulneráveis, como comunidades indígenas e quilombolas, em vez de ser aplicado à população em geral. A crítica ao agronegócio e à monocultura levou a uma flexibilidade no conceito de segurança alimentar, permitindo que ele se tornasse compatível com a soberania alimentar e reconhecendo a importância de aspectos como a qualidade nutricional e o respeito às tradições regionais.

O direito à alimentação e a soberania alimentar se conectam na medida em que ambos visam garantir que todas as pessoas tenham acesso a alimentos adequados. No entanto, a soberania alimentar vai além do direito à alimentação ao enfatizar a capacidade de um povo definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, ao propor um enfoque que considera a disponibilidade de alimentos, a autonomia das comunidades locais, a preservação ambiental e a justiça social.

Ao promover a soberania alimentar, o país pode garantir que o direito à alimentação seja uma realidade concreta para todos, especialmente em regiões vulneráveis, onde a dependência de alimentos embutidos e políticas externas são utilizados cotidianamente, contribuindo para uma dieta pobre em nutrientes e, conseqüentemente, aumentando o número de doenças relacionadas à alimentação, como diabetes e hipertensão.

Nesse sentido, a realização do direito à alimentação e da soberania alimentar enfrenta inúmeros desafios, incluindo a concentração de terras, a predominância de modelos agrícolas industriais e a insuficiência de políticas públicas eficazes. A soberania alimentar é trilhada como uma alternativa-meio para retomar a segurança alimentar que outrora os Xokó já obtiveram. Nesse sentido, asseveram Burity *et al.* (2010, p. 5) que

[...] não é possível dialogarmos sobre segurança alimentar e nutricional (SAN) sem nos reportarmos a Soberania Alimentar dos povos tradicionais, considerando a função socioambiental da terra. As políticas que norteiam a SAN devem ser desenvolvidas pela base dos direitos humanos e soberania alimentar, esta que aborda a importância de cada nação definir políticas que assegurem a SAN de seus povos, considerando o direito a preservação das peculiaridades culturais, em especial nas práticas alimentares e produtivas tradicionais de cada cultura.

O conjunto de leis e instrumentos legais no Brasil, juntamente com os compromissos internacionais e pilares básicos já assumidos pelo país, oferece uma proteção robusta ao direito à alimentação e à soberania alimentar, especialmente para as comunidades indígenas. Para os Xokó, essas proteções são fundamentais na luta pela preservação de suas práticas culturais e na garantia de sua autonomia sobre os recursos naturais que sustentam suas tradições alimentares.

Nesse particular, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), Lei nº 11.346/2005, é um dos principais instrumentos que estruturam as políticas de segurança alimentar no

Brasil. A lei estabelece o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), que coordena ações intersetoriais para garantir o direito humano à alimentação adequada, pois reconhece a necessidade de respeitar a diversidade cultural e as especificidades regionais na formulação de políticas de segurança alimentar, incluindo o apoio à agricultura familiar e à produção de alimentos tradicionais, fundamentais para a soberania alimentar e a manutenção das práticas culturais dessas comunidades.

Outro instrumento legal significativo é o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), o qual orienta as políticas de segurança alimentar, reconhecendo a importância de adaptar essas políticas às especificidades das comunidades indígenas, promovendo a soberania alimentar por meio do apoio à produção de alimentos tradicionais e à gestão sustentável dos recursos naturais, elementos fundamentais para a segurança alimentar e a preservação cultural dos Xokó.

Quanto ao aspecto internacional, a alimentação é reconhecida como um direito humano essencial, ao passo que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo 25, afirma que toda pessoa tem o direito a um padrão de vida que garanta sua saúde e bem-estar, incluindo a alimentação. Em consonância com isso, o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais reforça o direito à alimentação (artigo 11), vinculando-o ao direito de ter condições de vida adequadas para si e sua família (ONU, 1948).

Nesse viés, o Pacto vai além ao exigir que os Estados signatários tomem medidas para garantir que todas as pessoas sejam protegidas contra a fome, seja por ações individuais ou por cooperação internacional, pois incluem a implementação de programas voltados para melhorar as técnicas de produção, conservação e distribuição de alimentos, utilizando plenamente os avanços técnicos e científicos, promovendo a educação nutricional e reformando os sistemas agrários para garantir o uso sustentável dos recursos naturais. Nesse sentido, assevera Carvalho (2013, p. 50) que

[...] o reconhecimento do direito humano à alimentação tanto no plano internacional quanto nacional implica algumas pré-compreensões, que seguem no sentido de afirmar que: (a) o direito fundamental à alimentação constitui um direito de imediata prestação por estar intimamente relacionado ao direito à vida e inerente à manutenção do padrão de vida satisfatório, este direito decorre diretamente da dignidade da pessoa humana; (b) o direito fundamental à alimentação, como qualquer outro direito fundamental, impõe três tipos ou níveis de obrigações aos Estados: as obrigações de respeitar, proteger e realizar; (c) o Estado deve adotar todos os meios apropriados, incluindo as medidas legislativas pertinentes, bem como a previsão de remédios judiciais para a concretização, efetivação e fruição do direito fundamental à alimentação.

Em suma, as tratativas legais em torno do direito à alimentação adequada ressaltam que ele não pode ser dissociado das necessidades essenciais de cada ser humano, mesmo sendo um direito a ser alcançado de forma progressiva. Não basta fornecer uma quantidade diária de calorias; é

necessário atender às necessidades alimentares de maneira saudável e diversificada, respeitando a cultura e os costumes de cada comunidade. É por isso que, para que a alimentação humana seja adequada, é necessário que os alimentos atendam a critérios específicos: “a) seguro - livre de substâncias nocivas ao ser humano; b) saudável - apto a gerar saúde ao ser humano, portanto nutritivo (suprindo carências - fomes - específicas) e c) culturalmente aceito” (Beurlen, 2010, p. 51).

O desafio atual é garantir que a alimentação mantenha sua qualidade, atendendo tanto às necessidades nutricionais quanto às tradições culturais, especialmente quando estas refletem a identidade de um indivíduo ou comunidade, uma vez que a alimentação vai além de ser uma questão de saúde física; ela também envolve a identidade cultural, refletindo a diversidade cultural e a riqueza dos conhecimentos ancestrais sobre alimentação. Por isso, a preservação das tradições deve ser equilibrada com a adaptação às novas realidades, como a acessibilidade dos alimentos e a sustentabilidade das práticas alimentares. A pressão para se adaptar ao ritmo acelerado da vida moderna leva, frequentemente, ao abandono de práticas alimentares indígenas que exigem tempo e dedicação, em favor de alternativas rápidas e menos saudáveis.

Com os pilares satisfeitos, comissões brasileiras, em constantes tentativas de espalhar um ideal de segurança alimentar nas comunidades indígenas, vem se destacando com projetos permanentes como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), especialmente no que diz respeito à soberania alimentar. Este órgão, que reúne representantes da sociedade civil, governos e instituições públicas, têm a responsabilidade de formular e monitorar políticas públicas voltadas para garantir o direito humano à alimentação adequada, bem como, “discutir, monitorar, avaliar e propor políticas públicas de soberania e segurança alimentar e nutricional a partir da perspectiva dos Povos Indígenas e articular mecanismos que assegurem o acesso efetivo dos dessas comunidades” (Brasil, 2024).

No entanto, em 2019, o CONSEA foi extinto por meio da Medida Provisória nº 870, que reestruturou a administração pública federal, gerando forte reação de diversos setores da sociedade, que viam no CONSEA um importante instrumento de controle social e de garantia da soberania alimentar, especialmente para populações vulneráveis, como as comunidades indígenas. Após quatro anos de desativação, o CONSEA foi recriado em 2023, simbolizando uma retomada das discussões e ações relacionadas à segurança alimentar no país. Com sua recriação, o conselho voltou a atuar como um espaço de participação social, voltado para a construção de políticas públicas que assegurem o direito à alimentação e que promovam a soberania alimentar, tendo em vista os desafios enfrentados, especialmente no contexto das comunidades indígenas.

No âmbito de Sergipe, com o objetivo de apoiar famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, além de fortalecer a agricultura familiar, o Governo estadual, através da

Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania (Seasc), distribuiu 5,4 toneladas de alimentos pelo Programa – federal – de Aquisição de Alimentos (PAA) na comunidade Xokó, na Ilha de São Pedro, Porto da Folha, cuja iniciativa beneficiou 139 famílias da região, atendidas pela entidade Cura da Alma. A entrega faz parte de um investimento de mais de R\$ 5,8 milhões para 2023 e 2024, sendo a primeira do ano, com produtos oriundos da agricultura familiar, tudo isso para impulsionar uma alimentação mais saudável, dado os altos índices de consumo de produtos industrializados (Sergipe, 2024).

A doação de alimentos pelo governo é uma medida importante para fortalecer a segurança alimentar na comunidade indígena, especialmente em situações de vulnerabilidade e escassez. No entanto, essa ação, por mais benéfica que seja, resolve apenas a insegurança alimentar a curto prazo, pois sem a autossustentabilidade da comunidade, a dependência de doações torna-se um ciclo difícil de quebrar. Se os Xokó não conseguirem manter práticas agrícolas sustentáveis e tradicionais que garantam a produção contínua de alimentos saudáveis e adequados à sua cultura, a segurança alimentar ficará comprometida a longo prazo, visto que a ausência de alimentos ofertados pelo Estado inevitavelmente levaria ao retorno ao consumo de alimentos processados, menos nutritivos e, muitas vezes, prejudiciais à saúde.

Ou seja, revitalizando-se as práticas tradicionais e capacitando a comunidade a enfrentar adversidades, oportuniza-se às futuras gerações a continuidade no cultivo e alimentação de forma sustentável, garantindo a autonomia alimentar e a resiliência diante dos desafios modernos, como as mudanças climáticas e a pressão do agronegócio. Nesse contexto, a soberania alimentar emerge como um conceito que busca resgatar a autonomia das comunidades na produção, distribuição e consumo de alimentos, alinhando-se aos princípios constitucionais e na redução de doenças ligadas à alimentação, enfatizando o viés da qualidade dos alimentos, haja vista a quantidade não ser um problema.

Portanto, a constitucionalização do direito à alimentação e a promoção da soberania alimentar não apenas reafirmam o compromisso do Estado com a justiça social, mas também apontam para a necessidade de uma transformação da própria comunidade, permitindo o pleno exercício do direito do Povo Xokó de definir suas próprias políticas agrícolas, em harmonia com a preservação dos recursos naturais e a valorização das tradições culturais.

#### **4 VOZES DA ALDEIA: segurança alimentar e o resgate das práticas tradicionais**

Esta seção contempla depoimentos coletados nas entrevistas de campo a fim de exemplificar, através da percepção da comunidade, o impasse condizente à insegurança alimentar na

comunidade Xokó, sua relação com o retorno das práticas tradicionais, não se resumindo apenas ao acesso físico aos alimentos, mas à preservação de algo mais profundo. "O principal desafio é manter o que é genuíno", frase da entrevistada lanara, refere-se à tensão entre a crescente dependência de alimentos industrializados e a simplicidade da alimentação ancestral que por tanto tempo sustentou a comunidade (Entrevista com lanara Polônio Rosa, Comunidade Xokó, Porto da Folha, 01/09/2024).

Nesse viés, a simplicidade que outrora definia a alimentação da comunidade, tão intrinsecamente ligada à sua identidade cultural, está atualmente em risco em decorrência da crescente submissão a uma dieta artificial, que, embora convenientes, traz consigo impactos negativos diretos na saúde da população, contribuindo para o aumento de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão. Por isso, a preservação dessa simplicidade alimentar não é apenas uma questão de tradição, mas de saúde pública e fortalecimento da sua soberania alimentar. Esse impasse não é exclusivo dos Xokó, mas reflete um dilema enfrentado por muitas comunidades indígenas no Brasil e no mundo (Darolt; Rover, 2021).

Diante desse cenário, a preservação da simplicidade alimentar vai além de uma simples resistência cultural, pois se torna uma medida estratégica de reafirmação da soberania alimentar da comunidade, ante a dependência crescente de alimentos industrializados, que tem trazido consequências diretas à saúde dos Xokó, agravado os índices de doenças crônicas e enfraquecido sua identidade cultural. Razão pela qual a luta para manter práticas alimentares tradicionais é fundamental não só para proteger a cultura, mas também para garantir o aspecto nutricional da comunidade.

A cultura alimentar da comunidade Xokó reflete, em grande parte, a realidade de muitas populações indígenas que têm enfrentado uma crescente dificuldade em manter suas tradições alimentares. Quando perguntada sobre a definição da cultura alimentar da comunidade, a entrevistada lanara Polônio Rosa, 36 anos, comentou: "A nossa alimentação é muito da região mesmo. [...] Infelizmente, não conservamos esse aspecto cultural, nosso cardápio é regional". Essa transição alimentar está inserida em um contexto mais amplo de impactos globais, tendo em vista que a industrialização da agricultura e o domínio de cadeias alimentares globais têm enfraquecido a produção local e minado as práticas alimentares tradicionais em muitas comunidades, gerando insegurança alimentar e perda de biodiversidade.

No caso da comunidade Xokó, embora algumas iniciativas de produção local de queijo, mel e frutas ainda persistam, como destaca lanara Polônio, esses esforços são insuficientes para atender às necessidades alimentares da comunidade. Ela relata: "A comunidade é dependente. Totalmente dependente de produtos industrializados". A perda de controle sobre a produção e o consumo de seus próprios alimentos coloca em risco a continuidade de sua cultura e seus conhecimentos tradicionais.

No entanto, há também sinais de resistência, de modo que a resiliência das comunidades em face da globalização alimentar pode se manifestar em ações de resgate e fortalecimento das práticas tradicionais. Entre os Xokó, a revalorização de alimentos locais e a tentativa de aumentar a produção comunitária de alimentos são passos importantes para a recuperação da soberania alimentar e da identidade cultural. Apesar dos desafios, essas iniciativas representam um esforço crucial para reconectar a comunidade com suas raízes alimentares e, ao mesmo tempo, melhorar sua segurança alimentar e saúde pública. Dessa forma, a preservação da simplicidade alimentar, portanto, não é apenas uma questão de identidade, mas de sobrevivência física e cultural.

Essas mudanças, impostas por forças externas ao território indígena, também afetam diretamente a produção agrícola local, que depende do ciclo natural do rio para irrigação e cultivo, isso porque, conforme entrevista ao pajé Jair, as áreas agrícolas que antes garantiam a produção de alimentos básicos como milho e arroz, agora enfrentam períodos prolongados de seca devido ao controle artificial das águas pelas usinas hidrelétricas. A falta de controle sobre os recursos naturais, agravada pela crescente dependência de alimentos externos, pressiona a comunidade a buscar soluções alternativas para garantir sua segurança alimentar, as quais acabam se tornando mais cômodas diante do cenário apresentado (entrevista com o pajé Jair Acácio dos Santos, Comunidade Xokó, Porto da Folha, 01/09/2024).

A resposta da comunidade a esses desafios tem sido pautada pelo afastamento das práticas tradicionais em busca de uma solução mais cômoda. Assim, a produção local de alimentos, que sempre foi uma base de sustentação econômica e cultural dos Xokó, está ameaçada pelas mudanças exógenas trazidas pelo desenvolvimento econômico da região, e dentre outros fatores, pelas obras de infraestrutura que desconsideram as necessidades e os direitos dessa comunidade indígena.

O pajé reforça que a cultura alimentar da comunidade passou por uma mudança drástica ao apontar que, embora práticas tradicionais como o uso de panelas de barro e o cozimento de alimentos no fogo de lenha ainda sejam preservadas em algumas ocasiões, o consumo de alimentos industrializados tornou-se predominante, mencionando que o aumento das doenças crônicas está intimamente ligado a essas mudanças alimentares (entrevista com o pajé Jair Acácio dos Santos, Comunidade Xokó, Porto da Folha, 01/09/2024). Essa dependência, além de enfraquecer a soberania alimentar, também tem impactos diretos na saúde da comunidade. Tais problemas de saúde, que outrora eram raros entre as populações indígenas, são reflexos da introdução de uma dieta distante das raízes tradicionais.

Assim, uma das consequências mais preocupantes apontada durante a entrevista, foi o aumento dos índices de diabetes, hipertensão e colesterol alto entre os jovens da comunidade. Segundo a entrevistada lanara, essas doenças, que antes acometiam principalmente os mais velhos,

agora afetam também os jovens: “Todo dia que você vem aqui, se tem uma pessoa que fez 15 anos, ela vai estar com diabetes, colesterol ou pressão alta”.

Nesse viés, os impactos do aumento do consumo de alimentos industrializados são evidentes na saúde da comunidade Xokó, pois, como mencionado pelo pajé Jair Acácio, "há alguns anos atrás não via praticamente ninguém hipertenso, e hoje o número é muito grande", razão pela qual a correlação entre a mudança nos hábitos alimentares e o aumento de doenças crônicas é um ponto central que indica a urgência de um movimento de resgate das práticas tradicionais.

Os desafios enfrentados pela comunidade Xokó em relação à segurança alimentar são diversos e refletem tanto questões ambientais quanto estruturais. A partir dos relatos, é possível identificar três grandes questões: a dependência de alimentos industrializados, as dificuldades no cultivo de alimentos locais e a ausência de apoio técnico e estrutural para o desenvolvimento de projetos agrícolas.

Ianara Polônio ressalta que, hoje em dia, “é preciso comprar tudo”, evidenciando a perda da independência alimentar que antes caracterizava a comunidade. Segundo ela, a necessidade de adquirir até mesmo itens básicos compromete a autonomia que era comum nas gerações passadas, quando os moradores tinham maior controle sobre a produção de seus próprios alimentos (entrevista com Ianara Polônio Rosa, Comunidade Xokó, Porto da Folha, 01/09/2024).

Dona Dadinha, em sua entrevista, compartilha como essa dependência tem raízes em dificuldades históricas e econômicas. Ela menciona que, no passado, a comunidade enfrentou fome e precisou depender de ajuda externa e de produtos comprados fora da aldeia para sobreviver, o que resultou na diminuição do cultivo de alimentos locais, contribuindo para a perda das práticas agrícolas tradicionais (entrevista com Dona Dadinha, Comunidade Xokó, Porto da Folha, 01/09/2024).

Além disso, a dificuldade em manter o cultivo de alimentos locais também foi identificada como um grande obstáculo. Ianara Polônio menciona que as estiagens prolongadas tornaram o cultivo inviável para muitas famílias, levando ao abandono de práticas agrícolas tradicionais, como o plantio de feijão, milho e arroz. Isso porque, a falta de infraestrutura para enfrentar esses desafios climáticos fez com que a comunidade se tornasse cada vez mais dependente de alimentos industrializados.

A mudança na destinação da terra também afetou a produção local. Segundo o pajé Jair, a maior parte das plantações de milho, por exemplo, passou a ser utilizada para ração de gado, uma vez que o investimento em pecuária se tornou mais rentável para algumas famílias. Esse foco na produção de leite e no sustento por meio da pecuária desviou a atenção do cultivo de alimentos para o consumo próprio, enfraquecendo ainda mais a segurança alimentar.

Diante desses desafios, o resgate de práticas agrícolas tradicionais é uma estratégia para garantir a segurança alimentar da comunidade no futuro. Como apontado pelo pajé, o retorno ao plantio

de alimentos básicos, como feijão e mandioca, poderia reduzir a dependência de alimentos industrializados e melhorar a saúde da população, afirmando também que a revitalização de práticas de cultivo tradicionais, como o uso de panelas de barro e o cozimento no fogo de lenha, também contribuiria para a preservação cultural e para a produção de alimentos mais saudáveis (entrevista com Jair Acácio dos Santos, Comunidade Xokó, Porto da Folha, 01/09/2024).

Outro aspecto importante para o futuro da segurança alimentar da comunidade é o fortalecimento de políticas públicas que incentivem a produção local de alimentos e a sustentabilidade. O pajé Jair sugere que projetos de hortas comunitárias, se bem estruturados e acompanhados, poderiam ser uma solução viável para melhorar a oferta de alimentos frescos e naturais na comunidade. Os membros enfatizam que iniciativas como hortas comunitárias e produção local de alimentos já foram tentadas no passado, mas falharam devido à ausência de um acompanhamento técnico contínuo. O pajé relembra que, embora a FUNAI tenha promovido um projeto com hortaliças há mais de 20 anos, a falta de suporte adequado para combater pragas e garantir a manutenção do cultivo resultou no abandono da iniciativa.

Nessa perspectiva, uma das chaves para o sucesso de uma horta comunitária é o comprometimento de diferentes gerações. Incluir os jovens nas atividades de cultivo e nas decisões sobre o que plantar pode ser uma maneira de construir uma cultura de valorização dos alimentos tradicionais desde cedo. Para isso, programas intergeracionais, onde os mais velhos ensinam aos mais novos as técnicas de cultivo e o valor histórico de certos alimentos, podem criar um laço emocional entre os moradores e as hortas.

Além disso, é importante que as lideranças locais, como o pajé e o cacique Bar, estejam envolvidas no projeto para legitimar e estimular o engajamento da comunidade, pois suas opiniões e escolhas têm um peso significativo no processo de adesão às novas práticas e mostrar os benefícios econômicos diretos da agricultura familiar e local. Para atrair os moradores, a horta comunitária deve oferecer uma diversidade de alimentos que cubram as necessidades alimentares da comunidade, mas também que sejam acessíveis e práticos de cultivar.

Sob outro ponto, a educação alimentar também é uma peça-chave para transformar a relação da comunidade com a alimentação e até mesmo, garantir o sucesso da horta comunitária, mencionada acima como estratégia de recuperação das práticas culinárias tradicionais. É por isso que, iniciativas de educação alimentar, que promovam a conscientização sobre os impactos desses alimentos na saúde e que mostrem como os alimentos cultivados nas hortas são parte integrante da cultura local pode aumentar o sentido de pertencimento e a percepção de que esses alimentos não são apenas uma opção saudável, mas uma expressão de identidade cultural que ratifica uma resiliência

frente a mudanças exógenas, e ratificam a persistência do povo em fazer viver práticas ancestrais dos seus antepassados.

Esse conhecimento, essencial para garantir que a cultura alimentar indígena seja transmitida de geração em geração e não se torne apenas uma memória, pode ser compartilhado por meio de educadores comunitários e líderes indígenas, ou até mesmo através de escolas locais. Como aponta o conceito de segurança alimentar, além da produção, é essencial garantir o consumo consciente.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise dos dados e entrevistas coletadas aponta para uma forte correlação que dialoga com a hipótese levantada, segundo a qual o resgate das práticas alimentares tradicionais poderia contribuir significativamente para a melhoria da segurança alimentar da comunidade indígena Xokó, indicando que a dependência atual de alimentos industrializados, além de prejudicar a saúde física dos membros da comunidade, desestrutura a identidade cultural associada às práticas agrícolas e alimentares locais.

O afastamento da agricultura tradicional, como o cultivo de mandioca, feijão e milho, e a consequente adoção de alimentos industrializados geraram um aumento nas taxas de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão, além de reduzir a autonomia alimentar da comunidade. Tal transição alimentar, embora prática, está longe de suprir adequadamente as necessidades nutricionais e culturais dos Xokó, contribuindo para a insegurança alimentar e fragilizando sua autossuficiência.

Os membros da comunidade reconhecem o impacto negativo dessa mudança alimentar e expressam um desejo de retornar às práticas tradicionais, contanto que recebam apoio institucional adequado. A retomada das práticas agrícolas, além de fortalecer a saúde e a qualidade de vida, contribuiria para a reafirmação da identidade cultural dos Xokó.

Embora as narrativas dos membros da comunidade Xokó e a literatura existente apontem para uma clara correlação entre a transição alimentar e o aumento das doenças crônicas acima relatadas, este estudo, de natureza qualitativa, não buscou quantificar esses impactos. Pesquisas futuras poderiam complementar esses achados, fornecendo dados concretos sobre a prevalência e incidência dessas condições de saúde na comunidade.

A partir dos resultados obtidos, o estudo reflete que a recuperação das práticas tradicionais, como o cultivo local, emerge como um aspecto crucial para o resgate da identidade cultural e a asseguuração da saúde e bem-estar da comunidade, sugerindo que a soberania alimentar pode representar um caminho para alcançar a segurança alimentar plena.

## REFERÊNCIAS

BEURLEN, Alexandra. **Direito humano à alimentação adequada no Brasil**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2010.

BRASIL. Governo Federal. **A luta os povos indígenas por segurança alimentar e demarcação dos seus territórios**. GovBR, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2024/abril/a-luta-dos-povos-indigenas-por-seguranca-alimentar-e-demarcacao-de-seus-territorios>. Acesso em: 19 jul. 2025.

BURITY, Valéria *et al.* **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília, DF: ABRANDH, 2010. Disponível em: [https://www.redsan-cplp.org/uploads/5/6/8/7/5687387/dhaa\\_no\\_contexto\\_da\\_san.pdf](https://www.redsan-cplp.org/uploads/5/6/8/7/5687387/dhaa_no_contexto_da_san.pdf). Acesso em: 8 jul. 2025.

CARVALHO, Osvaldo Ferreira de. O direito fundamental à alimentação e sua proteção jurídico-internacional. *In*: ESTORNINHO, Maria João (org.). **Estudos sobre Alimentação**. Lisboa: Instituto de Ciências Jurídico Políticas, 2013.

CRUZ, Daniela Santos *et al.* Insegurança alimentar na comunidade Xocó, Sergipe: uma análise das políticas públicas estaduais (2019-2022). *In*: ESPINOZA, Fran (org.). **Democracia e Políticas Públicas: Reflexões a partir do Nordeste brasileiro**. Aracaju: IOSE – Imprensa Oficial de Sergipe, 2023, p. 133-170.

GÓMEZ MARTÍN, Jaime; GARCÍA MEDINA, Javier. Diagnóstico del derecho humano a la alimentación adecuada en la comunidad indígena Xokó (Sergipe). *In*: GÓMEZ ISA, Felipe; SILVA, Josefa Lívia Santos; ESPINOZA, Fran (org.). **Povos e comunidades tradicionais na América Latina**. Aracaju: IOSE – Imprensa Oficial de Sergipe, 2025, p. 245-288.

INTERNATIONAL FORUM FOR FOOD SOVEREIGNTY. **The six pillars of food Sovereignty: developed at Nyéléni 2007**. Disponível em: [https://www.nfu.ca/wp-content/uploads/2018/05/SixPillars\\_Nyeleni.pdf](https://www.nfu.ca/wp-content/uploads/2018/05/SixPillars_Nyeleni.pdf). Acesso em: 17 jul. 2025.

LEÃO, Marília (org.). **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2013.

LINS, Bruno Teixeira; BATISTA, João Vitor da Silva; ESPINOZA, Fran. Brazil: between the public policies and the hunger. **Interfaces Científicas - Direito**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 91–104, mai. 2023. DOI: 10.17564/2316-381X.

MOURA, Patrícia Garcia de; BATISTA, Luciana Rodrigues Vieira; MOREIRA, Emilia Addison Machado. População Indígena: uma reflexão sobre a influência da civilização urbana no estado nutricional e na saúde bucal. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 23, n. 3, p. 459-465, 2010. DOI: 10.1590/S1415-52732010000300013.

NUNES, Eduardo Soares. Aldeias urbanas ou cidades indígenas? Reflexões sobre índios e cidades. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 9, 2010. DOI: 10.22456/1982-6524.8289.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 24 jun. 2025.

ROSA, Ianara Polônio. Entrevista concedida a Ana Luiza Dantas Souza. Aldeia Xokó, 01 set. 2024.

ROVER, Oscar José; DAROLT, Roberto Moacir. Circuitos curtos de comercialização como inovação social que valoriza a agricultura familiar agroecológica. *In*: ROVER, Oscar José; DAROLT, Roberto Moacir (org.). **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social**. Florianópolis, SC: Estúdio Semprelo, 2021, p. 19-43.

SALGADO, Carlos Antonio Bezerra. Segurança alimentar e nutricional em terras indígenas. **Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI**, Brasília, v.4, n.1, p.131-186, jul. 2007. Disponível em: <http://dspace.sistemas.mpba.mp.br/jspui/handle/123456789/508>. Acesso em: 3 jul. 2025.

SANTOS, Jair Acácio dos. Entrevista concedida a Ana Luiza Dantas Souza. Aldeia Xokó, 01 set. 2024.

SERGIPE. Governo de Sergipe. Governo de Sergipe leva segurança alimentar para comunidade Xokó em Porto da Folha. **Governo de Sergipe**, Aracaju, 10 jan. 2024. Disponível em: [https://www.se.gov.br/noticias/governo/governo\\_de\\_sergipe\\_leva\\_seguranca\\_alimentar\\_para\\_comunidade\\_xoko\\_em\\_porto\\_da\\_folha](https://www.se.gov.br/noticias/governo/governo_de_sergipe_leva_seguranca_alimentar_para_comunidade_xoko_em_porto_da_folha). Acesso em: 21 jul. 2025.

SOUZA, Daniela de Andrade; ESPINOZA, Fran. Entre o esquecimento e a memória: a reconstrução da identidade do povo Xocó, Sergipe, através da oralidade. *In*: ESPINOZA, Fran (org.). **Democracia e Políticas Públicas: Reflexões a partir do Nordeste brasileiro**. Aracaju: IOSE – Imprensa Oficial de Sergipe, 2023, p. 111-132.